

Ministro da Agricultura defende caça com ética e com regras

8 de Maio, 2017

O ministro da Agricultura disse ontem, em Santarém, que estar contra a caça é um “contrassenso”, lembrando que sem ela “a humanidade não existia”, mas declarou-se também ele contra a caça selvagem, sem ética e sem regras, noticiou a Lusa.

Capoulas Santos falava no encerramento do 25.º Encontro Nacional de Caçadores, que hoje decorreu no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, dominado pelo “ataque” às propostas sobre o setor apresentadas pelo PAN (Pessoas – Animais – Natureza) e pelo Bloco de Esquerda (BE) que serão discutidas na próxima terça-feira no parlamento.

“Talvez há 30, 40, 50 anos fosse necessário explicar (...) como a caça devia ser conduzida a alguns caçadores. Felizmente, hoje, os caçadores estão em condições de explicar a outros concidadãos qual o papel da caça na nossa sociedade”, afirmou. Pedindo que a caça seja entendida “com serenidade, sem paixão”, o ministro realçou o papel deste setor na proteção e reintrodução de espécies que os “excessos” praticados pela humanidade colocaram em causa.

Apontando os exemplos dos programas de reintrodução do lince ou do lobo ibérico, Capoulas Santos referiu o “papel importante” da caça na correção dos predadores. O ministro citou, no caso português, a situação do coelho bravo, “na base do ecossistema rural”, cujas populações, “de que dependem muitas outras”, têm sido dizimadas por sucessivas doenças.

“Se nada se fizer, nomeadamente corrigindo predadores, desaparecerá”, alertou, pedindo “serenidade” no debate sobre uma atividade importante “pelo seu papel ambiental, de equilíbrio da natureza”, com “um papel cada vez maior na economia, no desenvolvimento das zonas rurais”, com toda uma cadeia de atividades, e também pela parte “lúdica, desportiva, que permite pôr muitos cidadãos urbanos em contacto com a natureza”.

Como exemplo do empenho do Governo na defesa da caça, Capoulas Santos afirmou que vai ser publicado na próxima semana um despacho que cria um grupo de trabalho que terá por função a apresentação, no prazo de três meses, de um plano para ajudar a acabar com a febre hemorrágica que está a dizimar coelhos e lebres.

Perante o aparecimento de uma nova estirpe que está a atacar animais juvenis, provocando a sua morte antes de se reproduzirem, o Governo decidiu avançar com um plano que terá várias componentes: um programa de investigação, a definição de boas prática de gestão e medidas adequadas de controlo sanitário, declarou.

O grupo, que tomará posse num prazo de dez dias, integra o Instituto Nacional

de Investigação Veterinária, o Instituto de Conservação da Natureza, a Direção-geral de Veterinária, o Centro de Investigação da Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto, o Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica da Universidade Nova de Lisboa, a Federação Portuguesa de Caça (Fencaça), a Confederação Nacional de Caçadores e a Associação Nacional de Proprietários Rurais.

O ministro anunciou ainda uma longa lista de alterações legislativas que têm a ver com o setor, como as normas sobre a sinalização das zonas de caça, a facilitação da integração de terrenos das zonas de caça municipais nas zonas associativas, a afetação de 10% das receitas das licenças de caça para ações de melhoria de conhecimento dos 'habitats', entre muitas outras.

Anunciou ainda que será aberto um novo período de candidaturas a fundos comunitários para apoio financeiro aos investimentos nas zonas de caça, que corrigirá a dimensão mínima exigida no primeiro concurso, de 3.500 hectares, o que deixou zonas de caça de fora.

Nesse primeiro concurso, com uma dotação de dois milhões de euros, foram apresentadas 132 candidaturas, com um volume de investimento superior ao disponível, afirmou.